

PROCESSOS ESPECIAIS DE DIVISÃO DE COISA COMUM E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Autor: Luís Filipe Pires de Sousa

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. ENQUADRAMENTO DE DIREITO SUBSTANTIVO	11
1.1. A com propriedade e a divisão	11
1.2. Compropriedade, herança jacente e herança indivisa	15
1.3. Bens comuns do casal e bens adquiridos em compropriedade	20
1.4. Prédio urbano e prédio rústico	22
1.5. Indivisibilidade natural	28
1.6. Indivisibilidade convencional	30
1.7. Indivisibilidade legal	31
1.8. Fracionamento de prédios rústicos	34
1.9. O loteamento	40
1.10. O regime excepcional das Áreas Urbanas de Génese Ilegal	48
1.11. A constituição da propriedade horizontal	53
1.12. A usucapião	57
2. QUESTÕES DE ÍNDOLE PROCESSUAL	68
2.1. Valor da ação	68
2.2. Registo da ação	69
2.3. Tribunal competente	70
2.4. Legitimidade	72
2.5. Desistência do pedido e da instância	74
2.6. Causa prejudicial	76
2.7. Ineptidão da petição inicial	78
2.8. Erro na forma de processo	80
2.9. Transação e uso anormal do processo	82
2.10. Penhora e divisão de coisa comum	85
3. TRAMITAÇÃO DA ACCÇÃO	86
3.1. Tramitação no caso de divisibilidade material	87
3.1.1. Petição inicial	87
3.1.2. Citação	90
3.1.3. Contestação	93
3.1.4. Revelia operante	94
3.1.5. Revelia inoperante	94
3.1.6. Admissibilidade de reconvenção	94
3.1.7. Fase de fixação de quinhões	98
3.1.8. Fase da conferência de interessados	101
3.2. Tramitação no caso de indivisibilidade material	103
3.2.1. Petição inicial	103
3.2.2. Citação	103
3.2.3. Contestação	103
3.2.4. Revelia	103
3.2.5. Termos subsequentes da fase declarativa	104
3.3. Direito de preferência do consorte	107
3.4. Inexistência do direito de remição	109

3.5. Direito de preferência do arrendatário	110
3.6. A sentença como título executivo	111
4. DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS	117
4.1. Cônjuge	123
4.2. Administrador do condomínio	124
4.3. Cabeça-de-casal	128
4.4. Mandatário	131
4.5. Depósito bancário	133
5. LEGITIMIDADE	133
6. PRESCRIÇÃO	135
7. VALOR DA AÇÃO	137
8. TRIBUNAL COMPETENTE	137
9. ERRO NA FORMA DO PROCESSO	139
10. TRAMITAÇÃO	141
10.1. Petição inicial	141
10.2. Citação	143
10.2.1. O Réu nada faz	143
10.2.2. O Réu apresenta as contas	153
10.2.3. O Réu contesta a obrigação de prestar contas	156
10.3. Admissibilidade de reconvenção	161
10.5. Sentença	165
BIBLIOGRAFIA	169